

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: O Liberal Class.: 71

Data: 13/03/86 Pg.: \_\_\_\_\_

**Índios passaram**

**presos 26 dias**

Os quatro índios da aldeia Macuxi, que estiveram presos durante 26 dias na penitenciária de Boa Vista, em Roraima, foram finalmente liberados ontem. Os índios foram presos sob acusação de desacato à autoridade depois que o juiz de Direito, Antônio Anunciação Neto, daquela capital, reabriu um inquérito no qual os indígenas são acusados de invasão de propriedade alheia, área onde está localizada a maloca Piolho. Consta que a área em questão está em poder dos Macuxi, há mais de 50 anos, apesar de nunca ter sido totalmente demarcada pela Fundação Nacional do Índio.

Há alguns anos, por volta de 1956, um fazendeiro não identificado vendeu a área a outro fazendeiro desconhecido, que por sua vez a revendeu mais recentemente ao fazendeiro João Raimundo. Apesar da presença dos índios, Raimundo construiu a fazenda "Campo Grande", começando a partir de então, a contestação indígena.

A contestação tem gerado ações por parte do fazendeiro com a queima de roças — entre outras coisas. Os índios por sua vez, reagiram aos ataques. "Miraboa", como também é conhecido o fazendeiro, resolveu dar queixa na Delegacia do Interior, em Boa Vista, acusando diretamente os indígenas Romualdo da Silva (tuxaua), José Antônio e Raimundo de Souza de maloca Piolho, e Alcides do Nascimento, da maloca Cumanã, de invadir sua fazenda.

O delegado Jaeder Natal abriu inquérito e o secretário de Segurança de Roraima, Nena Barreto, foi à área e ante a contestação dos índios, deu-lhes voz de prisão por desacato à autoridade. Os quatro índios foram soltos dois dias depois, por intervenção do então presidente da Funai, Apoena Meireles.

O problema, porém, não terminou aí. No último dia 4 de fevereiro, o juiz Antônio Anunciação Neto reabriu o inquérito, atendendo solicitações do delegado do Interior e determinou nova prisão dos índios sob a mesma acusação. Os Macuxi constituíram como seu defensor, o advogado do Conselho Indigenista Missionário Norte I, com sede em Manaus, Felisberto Damasceno, já

que o advogado da Funai, Adão Rufino, não inspirava confiança. Felisberto, juntamente com outro advogado da Funai, Alvaro Raimundo, finalmente, ontem, conseguiram libertar os índios.

**Inquérito**

O bispo da diocese de Boa Vista, Roraima, dom Aldo Mogiano, deverá responder a inquérito policial naquela cidade, sob acusação de incitar índios a invasões de propriedade alheia. Por sinal, o bispo já esteve prestes a depor, mas não o fez, devido a um incidente envolvendo o delegado de polícia local e o advogado de d. Aldo Mogiano, Felisberto Damasceno, quando este foi retirado à força da delegacia.

O inquérito envolvendo o bispo tem por base uma denúncia feita através de um canal de televisão de Boa Vista, pelo tuxaua Anacleto, da maloca Huapixana, que acusou o bispo de incitar índios de sua aldeia a invadirem a fazenda "Boqueirão", reclamada pelo fazendeiro Epitácio Lucena.

Recentemente, dom Mogiano, acompanhado do advogado, foi prestar depoimento na delegacia de Boa Vista, mas acabou não o fazendo, por orientação de Felisberto Damasceno. Isso aconteceu no final de fevereiro passado. A orientação do advogado resultou da exigência do delegado de que Felisberto apresentasse autorização para defender o bispo. Além disso, foi exigida comprovação de que era inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil—seção Roraima. Felisberto respondeu que sua carteira de advogado era documento suficiente como credenciamento, e que não precisava de inscrição na OAB-Roraima, porque estava entrando naquela ordem e tinha registro da OAB, do Amazonas.

A partir daí, seguiu-se uma discussão alterada, até que o delegado ameaçou retirá-lo à força do interior da Delegacia. Alegando sua condição de advogado e no exercício da profissão, Felisberto resistiu. Foi quando o delegado ordenou a dois soldados que retirassem o advogado. Felisberto, então, recomendou que o bispo não prestasse depoimento.